

**Desenvolvimento e conflitos ambientais na região do Tapajós: Uma  
Perspectiva Histórica****Development and environmental conflicts in the Tapajós region: a  
historical perspective**

DOI:10.34117/bjdv5n10-109

Recebimento dos originais: 10/09/2019

Aceitação para publicação: 09/10/2019

**Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos**

Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituição: Professora do Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do  
Oeste do Pará

Endereço: Av. Rui Barbosa, nº 41, Centro, CEP: 68005-080, Santarém - Pará  
E-mail: zilda.santos@ufopa.edu.br

**Leonardo Xavier da Silva**

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituição: Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Endereço: Av. João Pessoa, nº 31, Centro, CEP: 90400-000, Porto Alegre – Rio Grande do  
Sul  
E-mail: leonardo.xavier@ufrgs.br

**RESUMO**

Este trabalho se propõe a discutir a relação entre o desenvolvimento e os conflitos ambientais na região do Tapajós. Partindo-se de uma análise construcionista da questão ambiental, o ensaio traz um panorama da discussão ambiental dentro das ciências sociais e do debate em torno do conceito de desenvolvimento, até chegar ao caso específico da região do Tapajós. Com uma diversidade de conflitos ambientais, desde a exploração da borracha pelo capital estrangeiro no começo do século XX, até a construção de hidroelétricas no começo do século XXI, a região do Tapajós representa um exemplo de como as políticas de desenvolvimento podem ser geradoras de conflitos ambientais em um território.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Conflitos Ambientais; Tapajós

**ABSTRACT**

This paper aims to discuss the relationship between development and environmental conflicts in the Tapajós region. Starting from a constructionist analysis of the environmental issues the paper brings an overview of the environmental discussion in the social sciences and the debate around the concept of development, to reach the specific case of the Tapajós region. With a variety of environmental conflicts, from the exploitation of rubber by foreign capital in the early twentieth century until the construction of hydroelectric power at the beginning of the

century, the Tapajós region is an example of how development policies can generate conflicts environmental in a territory.

**Key words:** Development; Environmental Conflicts; Tapajós

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, o homem se distanciou da natureza, sendo a Revolução Industrial um marco significativo neste processo, na medida em que provocou mudanças nos modos de vida, de produção e de consumo dos indivíduos. De modo que a partir da Revolução Industrial, a natureza passou a ser vista como uma fonte inesgotável de recursos que deveriam ser explorados e transformados em mercadorias para serem comercializados.

Esse produtivismo baseado no uso intensivo dos recursos naturais, que de acordo com a ideologia replicada pelas nações hegemônicas seria o único meio de conduzir os países ao desenvolvimento, começou a entrar em crise e a ser questionado a partir da década de 1960, criando-se um clima propício para que no âmbito institucional internacional uma série de Conferências ocorressem, culminando com o Relatório Bruntland de 1987 que cunhou o termo “desenvolvimento sustentável” como solução para os problemas e pressões que a sociedade industrial provocava ao ambiente.

Rapidamente o conceito de “desenvolvimento sustentável” se popularizou e na década de 1990 já era amplamente utilizado em todas as esferas: dos Governos às empresas, das Organizações Não-governamentais (ONGs) aos partidos políticos, do meio acadêmico aos movimentos sociais.

Não tardou, porém, que novas reflexões fossem realizadas em cima do conceito de forma que muitos questionamentos surgiram. Um deles é o apontado por Zhouri (2004), segundo o qual a visão do desenvolvimento sustentável representava uma forma de gerenciar a natureza para que esta não fosse obstáculo a concepção hegemônica de desenvolvimento.

No âmbito das ciências sociais, considerando que a teoria clássica havia separado sociedade e natureza, a fim de demarcar o seu campo de estudo, o debate da crise ambiental se iniciou pela tentativa de superar dicotomias como objetividade-subjetividade, indivíduo – sociedade e natureza-cultura (ZHOURI, 2004).

De forma, que na década de 1970 Dunlap e Catton propuseram uma reformulação das ciências sociais com a criação do “novo paradigma ecológico” (NEP) em substituição ao “paradigma da excepcionalidade humana” (HEP), esse novo paradigma levava em

consideração a influência entre o ambiente e as sociedades humanas (ALONSO; COSTA, 2002).

Nesse contexto de mudanças no debate sobre o desenvolvimento e de como as ciências sociais analisam a “questão ambiental” é que este trabalho se propõe a discutir a relação entre o desenvolvimento e os conflitos ambientais na região do Tapajós, tendo como hipótese central a de que o Estado brasileiro com suas políticas de desenvolvimento foi e continua sendo o principal agente desencadeador de conflitos ambientais na região em análise.

Considerando que se trata de uma análise em uma perspectiva histórica de cunho dissertativo-analítico, o material utilizado neste trabalho foram publicações (livros e artigos) de pesquisas realizadas na região do Tapajós. Esses estudos foram analisados a partir da perspectiva da abordagem dos conflitos ambientais de modo que ao final fosse possível classificar os conflitos existentes na região seguindo a tipologia proposta por Zhoury e Laschefski (2010).

Para tanto, o trabalho está dividido em três seções além desta introdução, divididas da seguinte forma: uma seção teórica que traz o conceito de conflitos ambientais e o debate em torno do desenvolvimento, uma seção onde são apresentadas as principais intervenções do Estado na região do Tapajós, bem como a análise crítica dessas intervenções e por fim as considerações finais do trabalho.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. CONFLITOS AMBIENTAIS**

Na tentativa de aproximar a sociedade da natureza, diversas correntes teóricas surgiram nas ciências sociais, a primeira delas foi a de Dunlap e Catton com o “novo paradigma ecológico”. Conhecidos como realistas esses autores, defendiam a existência objetiva dos problemas ambientais, independentemente da forma como os atores sociais os percebiam (GUIVANT, 2002).

Após a abertura da discussão pelos realistas outras correntes surgiram, Alonso e Costa (2002) sintetizam quatro delas:

- i) Neomarxistas, para estes a “produção da natureza” seria um processo social e teria um caráter estruturador para o capitalismo contemporâneo;
- ii) Teoria da modernização ecológica, para esta teoria somente a mudança no padrão de consumo poderia alterar a relação entre sociedade e natureza, essa corrente deu origem ao conceito de eco-desenvolvimento;

- iii) Construcionistas, para estes teóricos os problemas sociais seriam construções sociais – cognitivas, culturais, políticas – dos agentes sociais;
- iv) Pós-construcionista, para quem os riscos ambientais seriam híbridos de fatores sociais, naturais e técnicos e sua definição seria um produto cultural.

De acordo com Guivant (2002) existe um debate intenso entre realistas e construcionistas, sendo que os primeiros acusam os construcionistas de terem esvaziado a realidade dos problemas ambientais, caindo em um relativismo.

Outra crítica aos construcionistas/culturalistas também foi apontada por Alonso e Costa (2002, p. 4), é a de que estas perspectivas “ficariam prisioneiras da dimensão simbólica da vida social, relegando a segundo plano a política institucional, os conflitos concretos por poder e as motivações para o engajamento em mobilizações ambientais”.

Apesar das críticas, a perspectiva construcionista da questão ambiental se expandiu e no Brasil deu suporte as análises baseadas na ideia de “conflitos ambientais”, que de acordo com Zhouri e Laschefski (2010, p. 17) “surtem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material em que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço”.

Da mesma forma para Acselrad (2004, p. 26) conflitos ambientais envolvem

(...) grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos

Assim, pode-se observar que a ideia de conflito ambiental está alicerçada nas diferenças de perspectivas que cada agente atribui a um espaço ou recurso e estando assim, consequentemente relacionado as estruturas de poder, na medida em que se estabelecem lutas para definir que representação definirá o uso do recurso ou a ocupação do espaço.

A fim de construir um modelo analítico para a ideia de conflito ambiental Zhouri e Laschefski (2010) identificaram três modalidades de conflitos:

- i) distributivos, relacionados as diferenças no acesso e na utilização dos recursos naturais, por exemplo, a luta pelo acesso a água potável;

- ii) espaciais, referente aos impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, por exemplo, poluição da água;
- iii) territoriais, relacionado a apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais, por exemplo, construção de hidrelétricas.

Todas as três tipologias propostas estão diretamente relacionadas a dinâmica capitalista, mesmo, muitos autores afirmando que a crise ambiental não foi exclusividade dos países capitalistas, sendo observada também nos países socialistas.

De forma que é notório que a dinâmica capitalista ao longo dos anos tem pressionado fortemente o ambiente e é nessa perspectiva que a próxima seção abordará o debate em torno do desenvolvimento.

## 2.2 O DEBATE EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO

Após a segunda guerra mundial, o sistema capitalista passou por uma grande transformação que nas palavras de Polanyi (1972) foi causada pela ruptura das quatro instituições que garantiam o equilíbrio do sistema: i) o equilíbrio de poder; ii) o mercado auto-regulável; iii) o Estado Liberal; iv) o padrão ouro.

A queda dessas instituições, levou o sistema capitalista a se reinventar o que ocorreu com o Tratado de Bretton Woods, estabelecido em 1944 que criou quatro novas instituições: a) Fundo Monetário Internacional (FMI); b) Banco Mundial; c) Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que foi transformado em Organização Mundial do Comércio (OMC) e; d) o padrão-dólar. Além disso, em 1994, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) em substituição à Liga das Nações.

O padrão-dólar, mostrou-se a mais importante entre as novas instituições, pois com ele, os Estados Unidos puderam emitir moeda e financiar a reconstrução de vários países atingidos pela guerra (Plano Marshall) em troca de parceria comercial e de apoio a Guerra Fria, afirmando assim a sua posição de país hegemônico do mundo capitalista.

Neste cenário, o modo de produção capitalista adquiriu novas dinâmicas, entre elas a popularização do conceito de “desenvolvimento”, que de acordo com Raynaut (2006, p. 11) abrangia duas ideias centrais:

- A ideia de ultrapassar simples objetivos de crescimento quantitativo para introduzir nas estratégias econômicas noções qualitativas como as de bem estar, de justiça, de equidade

- Aquela de desencadear processos econômicos que permitam aos países da periferia recuperar o atraso com as economias dominantes.

Para dar suporte a propagação do desenvolvimento em seus discursos e práticas, as novas instituições criadas com o Acordo de Bretton Woods, principalmente o Banco Mundial e o FMI, não mediram esforços em propagar pelos países da periferia<sup>1</sup> a “receita de bolo do desenvolvimento”, que incluía uma ampla participação do Estado nos investimentos em setores de infraestrutura para garantir a expansão da industrialização.

Essa receita de desenvolvimento estava alinhada ao que Harvey (1992, p. 121) chamou de “modo de acumulação fordista” onde a produção em massa representava consumo em massa, baseada “no novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”.

Foi dessa forma que o Estado brasileiro alinhado ao referencial global do desenvolvimentismo e se aproveitando do momento de expansão econômica mundial, com grande oferta de capital investiu em setores estratégicos, como petróleo, aço, infraestrutura, bancos, transporte, energia e telecomunicações, acumulando dívidas que posteriormente desestabilizariam o modelo desenvolvimentista adotado (CANO, 1999).

Nesse período do desenvolvimentismo pôde-se observar uma intensa intervenção do Estado no espaço físico da Amazônia, fosse através da exploração dos recursos naturais (grandes projetos de exploração mineral), fosse para criar infraestrutura física (construção de hidrelétricas, abertura de estradas), ou ainda para “povoar o despovoado” (estímulo a colonização dirigida).

No final da década de 1970, porém, iniciou-se uma crise econômica mundial, com o estremecimento da instituição padrão-dólar e os recursos financeiros para os empréstimos se esgotaram.

Paralelamente a crise econômica, a crise ambiental colocou em debate o modelo de desenvolvimento que estava sendo propagado ao mundo, de forma que algumas alternativas foram apontadas, como por exemplo a ideia de “eco-desenvolvimento” que de acordo com Raynaut (2006, p. 11) associa duas ideias:

---

<sup>1</sup> O enfoque teórico que divide os países em centro e periferia está baseado em Prebisch (1949), de acordo com a qual o centro é o *locus* do poder, detendo, portanto, as atividades de controle, enquanto a periferia seria subordinada ao centro que definiria o que e como produzir, o que leva a um permanente desequilíbrio

- A ideia da necessidade, para o ser humano, de gerenciar e manejar melhor a “casa” onde ele mora e donde ele extrai os meios de sua existência
- A ideia de preservar, ao benefício do mesmo, a perspectiva de um futuro que garanta uma melhoria das suas condições de vida e, mais subjetivamente, de sua qualidade de vida

Posteriormente surgiu o termo “desenvolvimento sustentável” que apesar de ter sido criado em 1987 com o Relatório Bruntland, só foi institucionalizado em 1992 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente.

De acordo com Raynaut (2006) semanticamente o termo sustentável tem dois sentidos: prolongar-se no decorrer do tempo e conservar seu dinamismo. Para esse autor o fato do desenvolvimento sustentável não conter referência ao ambiente, como na expressão eco-desenvolvimento, abre espaço para uma variedade de interpretações conforme as convicções e os interesses particulares de quem o utiliza, de forma que rapidamente o termo se difundiu e passou a ser propagado como a solução para todos os problemas econômicos, sociais e ambientais.

Assim, e de acordo com Raynaut (2006) para os defensores do modelo econômico a perspectiva do desenvolvimento sustentável significava que:

- i) os impactos ambientais ou as externalidades do sistema produtivo poderiam ser minimizadas com a instituição de multas ou impostos para os responsáveis (“princípio do poluidor pagador” de Pigou);
- ii) o desenvolvimento científico e tecnológico encontraria alternativas para o uso intensivo de energias renováveis;
- iii) o interesse da sociedade pela questão ambiental poderia resultar em maiores investimentos das empresas na busca por soluções menos impactantes ao ambiente, seja na produção ou no consumo, criando assim um novo mercado (a chamada “economia verde”);
- iv) as populações mais pobres só conseguiriam melhores condições de vida se fossem inseridas na economia de mercado.

Como se vê, nessa perspectiva todas as soluções para a crise ambiental gerada pelo modelo desenvolvimentista, encontravam-se na própria economia de mercado, bastava-se apenas mudar o “foco” e buscar na tecnologia o auxílio.

Nessa lógica do domínio do mercado sobre todas as outras estruturas, o sistema capitalista, após a crise da década de 1970, passou a vivenciar uma nova dinâmica, a da “acumulação flexível”, que de acordo com Harvey (1992, p. 140):

(...) se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

O resultado dessa nova dinâmica é a intensificação na utilização de áreas de fronteira, que significa a ocupação do mercado sob territórios historicamente ocupados por agricultores familiares e minorias étnicas (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Um exemplo claro da utilização de áreas de fronteira apontado por Zhouri e Oliveira (2007) são os processos de re-localização das plantas de fundição de alumínio no mundo que migraram dos países centrais, tais como Canadá, Estados Unidos e Reino Unido para os países periféricos, em especial o Brasil.

Intensivos no uso de energia e na geração de impactos ambientais a implantação desses empreendimentos, especialmente na Amazônia, gerou inúmeros conflitos ambientais, que vão além da exploração mineral, uma vez que eles demandam a criação de uma infraestrutura, como a construção de hidrelétricas, a abertura de estradas e ferrovias.

Outro exemplo da economia de fronteira no Brasil é a expansão da fronteira agrícola que iniciou na década de 1970 para o Centro-Oeste, chegando a Amazônia na década de 1990.

Nesse sentido, Becker et al (1996, p. 794), aponta que “o Brasil e a América Latina foram forjados numa economia de fronteira, marcada pelo crescimento econômico através da incorporação contínua de terras e recursos. E à medida que, a partir da década de 1930 intensificou-se o papel do Estado no comando da economia, ele mesmo passou a abrir as fronteiras”.

Na próxima seção são apresentadas as intervenções do Estado brasileiro para abrir as fronteiras para a expansão do capitalismo na região do Tapajós ao longo dos séculos XX e XXI bem como os conflitos que tais intervenções criaram.

### 3 DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS AMBIENTAIS NA REGIÃO DO TAPAJÓS

Para fins de análise, este artigo considerará região do Tapajós<sup>2</sup> um conjunto de municípios localizados no oeste do Estado do Pará que sofrem a influência direta ou indireta do rio Tapajós, quais sejam: Santarém, Belterra, Mojuí dos Campos, Aveiro, Itaituba, Rurópolis, Trairão, Novo Progresso e Jacareacanga.

Abundante em recursos naturais essa região vem constantemente sendo *locus* de conflitos ambientais. Este trabalho apresentará as principais intervenções do Estado brasileiro que ocorreram na região durante os séculos XX e XXI, mostrando-as como reais e/ou potenciais desencadeadoras de conflitos ambientais.

#### 3.1. A BORRACHA: O “OURO NEGRO” DA AMAZÔNIA

No começo do século XX, a região do Tapajós foi descoberta pelo modo de produção capitalista a partir do seu grande potencial para produção de borracha. Estava-se vivenciando nesse período a expansão da indústria automobilística que seria responsável por uma nova dinâmica no sistema.

A borracha vinha sendo explorada em toda Amazônia desde a segunda metade do século XIX e gerou um ciclo de crescimento econômico na região, porém o que torna a exploração desse recurso natural diferente na região do Tapajós é que nesta região o Estado brasileiro concedeu<sup>3</sup> ao capital estrangeiro duas grandes áreas para exploração da borracha (somente a área em que foi construída Fordlândia possuía 1 milhão de hectares).

Nas áreas que lhe foram concedidas Ford construiu Belterra e Fordlândia, dois enclaves que não tinham nenhuma relação com o território onde foram inseridos, e que tinham um único objetivo: produzir borracha em grande escala em um regime de *plantation*, para garantir a expansão da indústria automobilística e a acumulação de capital (SENA, 2008).

Como a ideia era produzir borracha em grande escala de forma que fosse possível competir com a borracha sintética e mesmo com a borracha produzida na Ásia, o regime de *plantation* implicou no desmatamento da área, sendo este também a principal razão para o fracasso do projeto, pois a área escolhida era montanhosa o que dificultava a plantação mecanizada (SENA, 2008).

---

<sup>2</sup> Essa classificação foi definida pela autora para fins de análise nesse artigo, tal classificação difere da Bacia do Tapajós, uma vez que esta engloba municípios do Estado do Mato Grosso também.

<sup>3</sup> Alguns historiadores afirmam que na verdade o Governo vendeu por um valor irrisório as terras

O fracasso de Fordlândia fez com que a plantação migrasse para a região de Belterra que apresentava condições mais favoráveis, porém ainda assim a produção apresentava alto custo e em 1945 Ford acabou colocando um fim ao projeto (SENA, 2008).

Além do desmatamento, a implantação desses dois grandes projetos implicou em drásticas mudanças nos modos de vida da população que habitava a região onde os projetos foram instalados, pois estes tiveram que adaptar-se ao modo de produção fordista que trouxe para o interior da floresta a rigidez da produção industrial.

Assim, Belterra e Fordlândia representam um primeiro exemplo de apropriação do espaço pelo capital internacional na região do Tapajós, com o apoio do Estado e sem considerar as populações tradicionais que já utilizavam o espaço, e tinham características próprias de se relacionar com a floresta e dela tirar o seu sustento.

### 3.2. O PÓS-GUERRA E AS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS

Alinhado ao referencial desenvolvimentista, que dominava o mundo no pós-guerra, o Estado brasileiro intensificou na década de 50 o processo de industrialização iniciado na década de 30 e conhecido como “substituição de importações”, sendo que agora o processo além de liderado pelo Estado também contava com a grande participação do capital externo, configurado na entrada de empresas multinacionais que se instalaram no país aproveitando o apoio público, buscando ampliação de mercados e, sobretudo, ocupando território, já que vivia-se a Guerra Fria.

Seguindo este referencial para o âmbito regional, Getúlio Vargas em 1951 criou a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), dando início ao processo de “levar o desenvolvimento” à região Amazônica, última fronteira a ser explorada pelo capital no Brasil.

Até então, a Amazônia era vista como um vazio demográfico e econômico, isolado do restante do país com uma ampla variedade de recursos naturais a serem explorados (IANNI, 1979).

No que tange a região do Tapajós, a principal intervenção do Estado se deu em 1970 com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), por meio do Decreto-Lei nº 1106, cujo principal objetivo era a construção das rodovias Transamazônica e Santarém – Cuiabá e a reserva para colonização e reforma agrária de faixa de terra de até 10 Km em cada uma das margens das rodovias, instituindo oficialmente a Política de Colonização Agrícola da Amazônia.

Em 1972, o governo cria os Programas Integrados de Colonização (PIC), com destaque para os PICs Itaituba e Altamira que se encontravam nas imediações das rodovias Transamazônica e Santarém – Cuiabá. Segundo Hamelin (1991), os PICs apresentavam dois graves erros de planejamento, o de conceber a Amazônia como uma grande planície e o de considerar a região como um grande vazio populacional (não consideravam as inúmeras tribos indígenas que habitavam a região nem os posseiros que já haviam se instalado e produziam na Amazônia, nem mesmo as comunidades tradicionais de extrativistas).

Além desses dois graves erros apontados por Hamelin, houve também o impacto ambiental que a abertura das estradas e a implantação das agrovilas trouxe para a região, uma vez que grandes áreas foram desmatadas, abrindo caminho não apenas para a expansão da agricultura e da pecuária como também para implantação de grandes empresas madeireiras vindas do sul do país atraídas pelo acesso fácil e barato às áreas de floresta.

Assim, a política de colonização do governo federal atrelada a abertura das estradas iniciou uma intensa pressão sobre o espaço, fazendo surgir a grilagem<sup>4</sup> e a especulação imobiliária, colocando em dificuldade a permanência das populações tradicionais, que em muitos casos foram expulsas de seus territórios por meio de ações violentas com ou sem o apoio do Estado e que não raro acabavam em morte.

Vale ressaltar que quando o conflito não termina em morte os expulsos são obrigados a migrarem para os centros urbanos, cujas dinâmicas de vida são extremamente diferentes, obrigando-os a procurar atividades econômicas as quais não são habilitados, produzindo exclusão, pobreza e violência.

Esses conflitos fundiários permanecem até os dias de hoje e estão entrelaçados a outros conflitos ambientais. Recentemente o Governo Federal criou um Programa chamado Terra Legal para regularização fundiária de terras da Amazônia, porém Almeida (2012) aponta que este Programa foi criado com o viés para favorecer os grileiros, pois para as pequenas propriedades serem regularizadas faz-se necessário 10 anos de inabilidade enquanto para as grandes propriedades o tempo é de apenas 3 anos.

Paralelamente aos conflitos fundiários gerados pela exploração madeireira, a região do Tapajós na década de 1980 também foi espaço de conflitos gerados pela exploração mineral, mais precisamente o garimpo de ouro, que trouxe além de conflitos fundiários impactos

---

<sup>4</sup> Grilagem é o termo utilizado para o processo de apropriação de terras públicas através da produção de documentação cartorial irregular e fraudulenta (TORRES apud GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS, 2014)

ambientais, uma vez que a atividade era exercida por meio da intensa utilização de mercúrio no leito do rio Tapajós.

Após, a regulamentação da atividade que ocorreu no começo da década de 1990, a garimpagem sofreu um forte abalo, tendo voltado nos últimos cinco anos a sua força, sendo que atualmente segundo Grupo de Estudos Tapajós (2014) existem na região 3000 pontos de garimpo e 457 balsas em operação.

Com a propagação da ideia de desenvolvimento sustentável e a busca de soluções para a crise ambiental que se espalhava pelo mundo todo, a década de 1990 foi marcada no Brasil pela disseminação da criação das Unidades de Conservação.

Na região em análise existem 19 unidades de conservação que somadas a outras áreas legalmente protegidas, tais como Terras Indígenas e área militar, ocupam 65,7% da totalidade da área da Bacia do Tapajós (GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS, 2014).

Para determinados grupos sociais essas unidades representam um avanço na conservação dos recursos, enquanto para outros representa obstáculos ao desenvolvimento, o que gera mais pressões sobre o espaço e novos conflitos como os que serão apresentados na próxima seção.

### 3.3. O SÉCULO XXI E A EXPLORAÇÃO DO POTENCIAL ENERGÉTICO DA REGIÃO

O mais recente conflito ambiental da região do Tapajós, gira em torno de mais uma intervenção do Estado no território, agora com o projeto de aproveitamento energético da Bacia do Tapajós, com a criação de 7 usinas.

Com o discurso de que o aproveitamento hidroelétrico gera energia limpa e, portanto, sustentável, e de que o país necessita de energia para garantir o desenvolvimento, o Governo não tem medido esforços em prosseguir com seu projeto, de forma que em 2012, lançou a Medida Provisória 558, que reduz as áreas das unidades de conservação na Amazônia, além de utilizar outras ferramentas legais para neutralizar as proteções ao meio ambiente e aos direitos humanos, como por exemplo o não reconhecimento de terras indígenas que seriam impactadas diretamente com a construção das barragens (FEARNSIDE, 2015).

De acordo com Fearnside (2015), a construção das barragens ainda teria um outro objetivo além do fornecimento de energia, elas favoreceriam a abertura de hidrovias que seriam utilizadas para o escoamento da soja produzida no Mato Grosso, que poderia ser transportada para Europa e Ásia a partir do porto de Santarém, reduzindo os custos e favorecendo o setor do agronegócio.

Assim, as barragens da bacia do Tapajós atenderiam tanto a demanda por energia da indústria mineral quanto a demanda por redução de custos do agronegócio dois “carros chefes” do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, de forma que para alcançar o tão sonhado desenvolvimento, o Estado utiliza-se de políticas públicas que trazem impactos ambientais e sociais e geram conflitos na região.

### 3.4. SÍNTESE

O objetivo desta última seção é fazer uma síntese das intervenções do Estado brasileiro na região do Tapajós ao longo dos séculos XX e XXI associando-as a tipologia dos conflitos ambientais apresentados por Zhoury e Laschefski (2010), o que está apresentado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Intervenções do Estado e tipologia dos conflitos gerados na região do Tapajós nos séculos XX e XXI

<b>Ação do Estado</b>	<b>Impactos</b>	<b>Tipo de conflito</b>
Concessão de terra para Ford	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmatamento</li> <li>• Mudança nos modos de vida</li> </ul>	Espacial
Abertura das estradas e Projetos de Colonização Dirigida	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmatamento para abertura das estradas</li> <li>• Mudanças nos modos de vida</li> <li>• Desmatamento com a expansão da atividade madeireira e da agropecuária</li> </ul>	Espacial e territorial
Mineração do ouro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Poluição dos rios por mercúrio</li> <li>• Mudanças nos modos de vida</li> </ul>	Espacial e territorial
Hidrelétricas e Hidrovias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmatamento</li> <li>• Extinção de espécies animais e vegetais</li> <li>• Desafetação de Unidades de Conservação</li> <li>• Mudança nos modos de vida</li> <li>• Não reconhecimento de terras indígenas</li> </ul>	Espacial e territorial

Fonte: Elaboração da autora

Vê-se dessa forma, os conflitos que surgiram na região do Tapajós a partir das intervenções do Estado, com exceção do primeiro deles, podem ser definidos tanto como do tipo espacial quanto do tipo territorial, uma vez que há tanto impactos negativos para o meio ambiente que extrapolam os limites espaciais da região quanto conflitos entre diferentes grupos sociais sobre o mesmo recorte espacial.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na medida em que se baseia na diferença de percepções dos grupos envolvidos em um conflito, a abordagem construcionista da questão ambiental, elaborada pelos cientistas sociais com o objetivo de integrar os estudos entre sociedade e natureza mostrou-se adequada para identificar de que forma políticas de desenvolvimento podem ser fonte de conflitos ambientais.

No caso específico desse trabalho que buscou analisar de que forma as políticas públicas de desenvolvimento implementadas pelo Estado brasileiro foram impulsionadoras de conflitos ambientais na região do Tapajós, a adoção da tipologia proposta por Zhoury e Laschefski (2010) foi fundamental para classificar os conflitos ambientais identificados na região em análise.

Vale ressaltar, contudo, que as análises realizadas são introdutórias e que cada conflito possui características próprias, bem como inter-relações que não foram escopo deste trabalho. Ou seja, este trabalho buscou essencialmente realizar o resgate histórico das intervenções do Estado na região do Tapajós ao longo dos séculos XX e XXI, para em seguida identificar e classificar os conflitos ambientais.

A reflexão principal, proporcionada pelo estudo é a de que apesar dos avanços nas conquistas dos direitos das populações tradicionais e da conservação dos recursos naturais implementadas pelo Estado nos anos recentes, a dinâmica capitalista do desenvolvimento está constantemente exercendo pressão sobre os territórios e gerando novos, bem como acirrando antigos conflitos.

#### **REFERÊNCIAS**

ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. **Territórios e Territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, jan/abr 2012.

ALONSO, A; COSTA, V. **Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico**. Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais. ANPOCS, n. 53, 1º semestre de 2002.

AMORIM, A. T. S. **A dominação norte americana no Tapajós**. Santarém: Editora Tiagão, 1995.

BECKER, B; NASCIMENTO, J. A. S; COUTO, R. C. S. Padrões de desenvolvimento, hidrelétricas e reordenação do território na Amazônia. In: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. C; CASTRO, E. R. (org.). **Energia na Amazônia v. II**. Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996.

CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, José Luis. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Editora Vozes: Petrópolis, 1999.

COSTA, F. A. **Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós**. Belém: NAEA, 2012.

CUNHA, C. N. “pintou uma chance legal”. **O Programa “Terra Legal” no interior dos projetos integrados de colonização e do Polígono desapropriado de Altamira, no Pará**. São Paulo: Agrária, nº 10/11, 2009.

ELETROBRÁS. **Relatório de Impacto Ambiental: AHE São Luiz do Tapajós**.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas e hidrovias na Amazônia: os planos do governo brasileiro para a bacia do Tapajós**. Ambio doi: 10.1007/s13280-015-0642-z, 2015 (tradução do próprio autor). Disponível em [www.ececo.org.br](http://www.ececo.org.br). Acesso em: 7 de abril de 2017.

FERREIRA, F. S. S. **Políticas Públicas de ordenamento territorial no Baixo Amazonas (PA): uma análise a partir das políticas e programas dos governos federal e estadual na área de influência da BR 163 (Cuiabá – Santarém)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFFRJ, 2010

FLEURY, L. ALMEIDA, J. PREMEBIDA, A. **O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva**. Sociologia, ano 16, v. 35, p. 34-82, jan/abr 2014.

FLEURY, L. **Conflito Ambiental e Cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

FUCKS, M. **Arenas de ação e debate público: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro**. Dados, v. 41, n. 1. Rio de Janeiro, 1998.

GUIVANT, J. S. **O debate entre realistas e construcionistas sociais na Sociologia Ambiental**. In: VI Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural. Anais, Porto Alegre, 2002.

GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS. **Etapa 1: Diagnóstico Socioambiental e conflitos**. Consórcio Tapajós, 2014.

HAMELIN, P. O fracasso anunciado. In: LÉNA, P; OLIVEIRA, A. E. (org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa. Instituto Piaget, 1995.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 5 ed. Editora Loyola: São Paulo, 1989.

IANNI, O. **A luta pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 1978.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LOPES, L. O. C. **Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora ALCOA e Comunidades Ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti – Pará – Amazônia – Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. Editora Nobel: São Paulo, 1988.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. 2 ed. Editora Campus: Rio de Janeiro, 1972.

PREBISCH, Raul. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. Revista Brasileira de Economia, 1949.

RAYNAULT, C. **Atrás das noções de meio ambiente e desenvolvimento sustentável: questionando algumas representações sociais**. Curitiba, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento MADE/UFPR, ago. 2006.

SENA, C. **Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia**. Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantan, vol IV, jul-dez de 2008.

ZHOURI, A. **Resenha – “A Re-volta da Ecologia Política” Conflitos Ambientais no Brasil**. Ambiente e Sociedade, v. 7, n. 2, jul-dez 2004.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. **Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas**. Ambiente & Sociedade. Campinas, v. X, n. 2, jul-dez 2007.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação**. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (org.) **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.